



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

PAPA PAULO VI

PARA A CELEBRAÇÃO DO

XI DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO DE 1978

NÃO À VIOLÊNCIA, SIM À PAZ

Ao mundo, à Humanidade, Nós ousamos dirigir, uma vez mais, a palavra suave e solene Paz. Esta palavra oprime-Nos e exalta-Nos. Ela não é nossa: desce do reino invisível, o reino dos céus; e Nós advertimos bem a sua transcendência profética, que não é extinguida pelos nossos humildes lábios, que lhe prestam a voz: « Paz na terra aos homens, a quem Deus quer bem » (Lc. 2, 14). Sim, Nós repetimos: a Paz deve existir! A Paz é possível!

Este é o anúncio: é esta a nova, uma sempre nova e grande mensagem; é este o Evangelho, que também no dealbar do novo ciclo sidéreo, o ano da graça de 1978, Nós devemos ainda proclamar para todos os homens: a Paz é o dom oferecido aos homens, que eles podem, eles devem acolher e colocar no vértice dos seus espíritos, dos seus programas, das suas esperanças e da sua felicidade.

A Paz - para já o recordamos - não é um sonho puramente ideal, não é uma utopia atraente, mas infecunda e inacessível; é, sim, e deve ser uma realidade: uma realidade móbil e a produzir em todas e cada uma das estações da civilização, do mesmo modo que o pão de que nos nutrimos, fruto da terra e da divina Providência, mas produto também do homem trabalhador. Porquanto a Paz não é um estado de ataraxia pública, em que quem dela desfruta está dispensado de toda e qualquer preocupação e defendido contra toda e qualquer importunação, e pode conceder-se uma felicidade estável e tranquila, a qual terá mais a feição de inércia e de hedonismo do que de

vigor vigilante e operoso; a Paz é um equilíbrio que se apoia sobre o movimento e que desenvolve continuamente energias de espírito e de acção; é uma fortaleza inteligente e viva.

Nós, por isso mesmo, também no limiar deste novo ano de 1978, suplicamos a todos os homens de boa vontade, às pessoas responsáveis pela conduta colectiva da vida social, aos Políticos, aos Pensadores, aos Publicistas, aos Artistas, aos inspiradores da opinião pública, aos mestres das escolas, da arte e da oração, e depois, aos grandes ideadores e operadores do mercado mundial de armas, a todos, que retomem com generosa honestidade a reflexão sobre a Paz no mundo, hoje!

Parece-Nos a Nós que há dois fenómenos capitais que se impõem à atenção comum, com clara relevância na avaliação da mesma Paz.

O primeiro fenómeno é magnificamente positivo, e é constituído pelo progresso evolutivo da Paz. Esta é uma ideia que vai conquistando prestígio na consciência da humanidade; ela vai avançando e precede e acompanha a ideia do progresso, que é a da unidade do género humano. A história do nosso tempo, há que dizê-lo para sua glória, está toda ela matizada pelas flores de uma esplêndida documentação em favor da Paz, pensada, querida, organizada, celebrada e defendida: Helsínquia o ensina. E confirmam estas esperanças a próxima Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, consagrada ao problema do desarmamento, assim como os numerosos esforços de grandes e de humildes operadores da Paz.

Ninguém hoje em dia ousa sustentar como princípios de bem-estar e de glória programas declarados de luta mortífera entre os homens, isto é, de guerra. Até mesmo onde as expressões comunitárias de um legítimo interesse nacional, sufragado por motivos que parecem coincidir com as razões prevaletentes do direito, não conseguem afirmar-se mediante a guerra, como via de solução, confia-se, ainda aí, que possa ser evitado o recurso desesperado ao uso das armas, hoje como nunca loucamente homicida e destruidor. Mas a consciência do mundo, no entanto, sente-se horrorizada pela hipótese de que a nossa Paz mais não seja do que uma trégua e de que uma incomensurável conflagração possa ser fulmineamente desencadeada.

Nós quereríamos estar em condições de afugentar este imanente e terrível pesadelo, proclamando com grandes brados o absurdo da guerra moderna e a absoluta necessidade da Paz, não já fundada sobre o prevalecer das armas, hoje em dia dotadas de uma infernal potência bélica (recordemos a tragédia do Japão), ou sobre a violência estrutural de alguns regimes políticos, mas sim sobre o método paciente, racional e solidário da justiça e da liberdade, qual é o que as grandes instituições internacionais hoje existentes estão a procurar promover e tutelar. Nós confiamos em que os ensinamentos magistrais dos Nossos grandes Predecessores, Pio XII e João XXIII, hão-de continuar a inspirar quanto a este tema fundamental a sapiência dos mestres modernos e dos homens políticos contemporâneos.

Mas queremos aludir agora a um segundo fenómeno, este negativo e concomitante com o primeiro: é o fenómeno da violência passional, ou cerebral. Ele está a difundir-se na vida civilizada moderna, valendo-se das facilidades de que goza a actividade do cidadão, para insidiar e ferir, à traição habitualmente, o concidadão-irmão que constitua legalmente obstáculo a um interesse próprio. Esta violência assim, que podemos ainda denominar privada, se bem que astutamente organizada em grupos clandestinos e facciosos, está a assumir preocupantes proporções, tais que a fazem tornar-se costume. Poder-se-ia defini-la como delinquência, pelas expressões anti-jurídicas com que ela se caracteriza; mas as manifestações que, de há tempos para cá e nalguns ambientes, ela tem vindo a apresentar, exigem uma análise apropriada, assaz diversificada e difícil.

Promana a violência de uma decadência da consciência moral, não educada, não assistida, permeada habitualmente de um pessimismo social, que extinguiu no espírito o gosto e o empenho pela honestidade professada por si mesma, bem como aquilo que há de mais belo e de mais ditoso no coração humano, o amor, o amor verdadeiro, nobre e fiel. Com frequência a psicologia do violento tem como ponto de partida uma raiz perversa de vingança ideal, e por conseguinte de uma justiça insatisfeita, curtida em pensamentos amargos e egoístas, e potencialmente desabusada e desenfreada no sentido de alcançar o objectivo seja ele qual for; e então o possível substitui-se ao honesto; o único entrave é o temor de incorrer em alguma sanção pública ou privada; e por isso, o modo de comportar-se habitual de uma tal violência é o de agir às escondidas e de perpetrar actos vis e prodtórios, que compensam a mesma violência com o sucesso impune.

A violência não é fortaleza. Ela é, sim, a explosão de uma energia cega, que degrada o homem que a ela se entrega, rebaixando-o do plano racional para o nível passional; e até mesmo quando a violência conserva um certo domínio de si, ela procura vias ignóbeis para se afirmar, as vias da insídia, da surpresa, da vantagem física em confronto com um adversário mais fraco e talvez indefeso; vale-se da surpresa e do medo deste adversário e do desvario próprio; e se isso se passa assim entre os dois contendentes, qual deles será o mais vil ?

E quanto a um aspecto da violência erigida em sistema « para ajustamento de contas », não recorre, ela, acaso, a formas abjectas de ódio, de rancor e de inimizade que constituem um perigo para a convivência e que desclassificam a comunidade, na qual a mesma violência vai decompondo os próprios sentimentos de humanidade, que formam o tecido primário e indispensável de qualquer sociedade, seja ela familiar, tribal ou comunitária?

A violência é anti-social pelos próprios métodos que lhe permitem organizar-se com uma cumplicidade de grupo, no qual uma desviada e secretíssima solidariedade constitui o cimento de coesão e o escudo de protecção; um desonrante sentido da honra confere-lhe um paliativo de consciência; e está aqui uma das deformações hoje difundidas do verdadeiro sentido social, que encobre com o segredo e com as ameaças de vingança sem piedade certas formas associadas

de egoísmo colectivo, desconfiado em relação à legalidade normal, e sempre hábil para iludir a sua observância, tramando, como que por força das coisas, empresas criminosas, as quais algumas vezes degeneram em actos de desapiadado terrorismo, epílogo da falsa via adoptada e causa de lamentáveis repressões. A violência leva à revolução, e a revolução à perda da liberdade. É errado o eixo social em torno do qual a violência faz girar o próprio fatal desenvolvimento; tendo explodido como uma reacção de força, não privada por vezes de um impulso lógico, ela conclui o seu ciclo contraposta a si própria e aos motivos que provocaram a sua intervenção. É caso para recordar, talvez, a frase lapidar de Cristo contra o recurso ao uso impulsivo de uma espada vingadora: « ... Todos quantos se servirem de espada, à espada morrerão » (Mt. 26, 52). Recordemos, portanto: a violência não é fortaleza. Ela não exalta, mas rebaixa o homem que a ela faz recurso.

Nesta mensagem de Paz Nós falamos da violência como do termo antagonista da mesma, e não falamos da guerra, a qual continua ainda agora a merecer a nossa condenação, muito embora a mesma guerra nos dias de hoje tenha uma sua reprovação, cada vez mais difundida, e tenha contra si um louvável esforço cada dia mais qualificado, quer socialmente, quer politicamente; e depois, também porque a guerra é reprimida pela mesma terribilidade das próprias armas de que ela poderia imediatamente dispor na supertrágica eventualidade de que lá ela viesse a rebentar. O medo, comum a todos os Povos e especialmente aos mais fortes, reprime a eventualidade de a guerra vir a desencadear-se numa conflagração cósmica. E ao medo, reparo mais mental do que real, vem fazer companhia, Nós já o dissemos, um esforço racional e elevado aos supremos níveis políticos, o qual deve tender não tanto para equilibrar as forças dos eventuais contendores, quanto para demonstrar a suprema irracionalidade da guerra e, ao mesmo tempo, para estabelecer entre os Povos relações cada vez mais interdependentes e por fim solidárias, e cada vez mais amigáveis e humanas. Queira Deus que assim seja.

Entretanto, não podemos fechar os olhos perante a triste realidade da guerra parcial, quer pela razão de ela manter a sua feroz presença em zonas particulares, quer pelo motivo de, psicologicamente, ela não estar de facto excluída nas sombrias hipóteses da história contemporânea. A nossa guerra contra a guerra ainda não está vencida; e o nosso « sim » à Paz é ainda mais optativo do que real, porque em muitas situações geográficas e políticas, que ainda não foram compostas na base de soluções justas e pacíficas, permanece endémica a hipótese de futuros conflitos. O nosso amor à Paz tem de permanecer de sobreaviso; também outras perspectivas, que não apenas a de uma nova guerra mundial, nos obrigam a considerar e a exaltar a Paz, mesmo fora das trincheiras militares.

E de facto nós devemos hoje defender a Paz sob o seu aspecto - poderíamos dizer - metafísico, anterior e superior ao aspecto histórico e contingente da pausa militar e da externa « tranquillitas ordinis » (tranquilidade da ordem); queremos considerar a causa da Paz espelhada na causa da própria vida humana. O nosso « sim » à Paz, estende-se a um « sim » à Vida. A Paz deve afirmar-se não somente nos campos de batalha, mas também onde quer que se desenrola a

existência do homem. Há, ou melhor, tem de haver também uma Paz que defenda esta existência, não apenas das ameaças das armas bélicas, mas uma Paz que, para além disso, proteja a vida enquanto tal, contra todo e qualquer perigo, contra todos os danos e contra todas as insídias.

E o discurso aqui poderia ser vastíssimo; os nossos pontos de referência, porém, agora são poucos e determinados. Existe no tecido da nossa civilização uma categoria de Pessoas douradas, valorosas e bondosas, as quais fizeram da ciência e da arte de cuidar da saúde a sua vocação e a sua profissão: são os Médicos e todos aqueles que, com eles e sob a sua direcção, estudam e trabalham em prol da existência e do bem-estar da humanidade. Honra lhes seja e reconhecimento a estes sapientes e generosos tutores da vida humana.

Nós, ministros da Religião, olhamos para esta distintíssima categoria de Pessoas adictas ao serviço da saúde física e psíquica da humanidade, com uma grande admiração, com uma grande gratidão e com uma grande confiança. Por muitos motivos, a saúde física, o remédio para as doenças, o alívio para a dor, a energia do desenvolvimento e do trabalho, a mesma duração da existência temporal e até uma boa parte da vida moral, dependem da sabedoria e dos cuidados destes protectores, defensores e amigos do homem. Nós estamos muito ao lado deles e, na medida em que isso Nos é possível, apoiamos o seu labor, a sua honra e o seu espírito. E esperamos da nossa parte poder tê-los solidários connosco no afirmar e no defender a Vida humana, naquelas singulares contingências em que a mesma Vida pode vir a achar-se comprometida, por um positivo e iníquo propósito da vontade humana. O nosso « sim » à Paz significa também « sim » à Vida. A vida do homem, desde o seu primeiro acender-se para a existência, é sagrada. A lei do « não matarás » tutela este inefável prodígio da vida humana com transcendente soberania. É este o princípio que governa o nosso ministério religioso em ordem ao ser humano. Nós confiamos em ter por aliado o ministério terapêutico.

E não menos confiamos também naquele outro ministério, que deu princípio à vida humana, o gerador, o ministério materno em primeiro lugar. Oh! Quanto se torna delicado o nosso discurso, quanto é marcado pela comoção, quanto é piedoso e quanto é veemente! A Paz tem neste campo da vida que nasce o seu primeiro escudo de protecção; um escudo, aliás, munido de delicados resguardos, mas escudo de defesa e de amor.

Nós não podemos, por isso mesmo, senão desaprovar toda e qualquer ofensa contra a vida que nasce, e não podemos senão suplicar a todas as Autoridades e a todas as entidades competentes que ajam para que ao aborto voluntário seja feita proibição e seja dado remédio. O seio materno e o berço da infância são as primeiras barreiras que não apenas defendem com a vida a Paz, mas também a constroem (cfr. *Sl.* 126, 3, ss.). Quem escolhe, em oposição à guerra e à violência, a Paz, escolhe por isso mesmo a Vida, escolhe o Homem com as suas exigências profundas e essenciais; e é este o sentido da presente mensagem, que uma vez ainda Nós enviamos, com humildade e ardente convicção, aos Responsáveis pela Paz sobre a terra e a

todos os Irmãos do mundo.

E nós devemos acrescentar ainda uma apostila para todas as Crianças e Jovens, que defronte à violência são o sector mais vulnerável da sociedade, mas, ao mesmo tempo, a esperança de um amanhã melhor: que também a eles chegue, mediante alguma via benévola e inteligente, esta Mensagem em favor da Paz.

Digamos os porquês. Primeiro porquê: nas Mensagens em favor da Paz dos anos precedentes, pusemos em realce que Nós não falamos em nosso nome somente, mas falamos sim em nome de Cristo, que é « o Príncipe de Paz » no mundo (cfr. *Is.* 9, 6) e que disse: « Bem-aventurados os pacíficos, porque eles serão chamados filhos de Deus » (*Mt.* 5, 9). Nós cremos que sem a orientação e sem a ajuda de Cristo a Paz verdadeira, estável e universal não é possível. E cremos também que a Paz de Cristo não enfraquece os homens, não os torna gente medrosa e vítima das prepotências dos outros, mas antes os faz capazes de lutar pela justiça e de solucionar muitas questões com a generosidade, ou melhor com o talento do amor.

Segundo porquê. Vós, crianças e jovens, com frequência sois levados a brigar uns com os outros. Lembrai-vos bem: é uma vaidade nociva o querer parecer fortes contra os outros irmãos e companheiros com a rixa, com as pancadas, com a ira e com a vingança. Todos fazem assim, respondereis vós. E está mal, dizemo-vos Nós; se quereis ser fortes, sede-o com a coragem, com o vosso porte digno; procurai saber dominar-vos; e procurai saber também perdoar a voltar rapidamente a ser amigos daqueles que vos ofenderam: assim estareis a ser verdadeiramente cristãos.

Não odieis ninguém. Não sejais orgulhosos em relação aos outros coetâneos e às pessoas de diversa condição social ou de outros Países. Não ajais por interesse egoísta ou por despeito e nunca por nunca ser por vingança, repetimos.

Terceiro porquê. Nós pensamos que vós, crianças e jovens tornado-vos grandes, deveis mudar a maneira de pensar e de agir do mundo de hoje, o qual está sempre pronto para se distinguir, para se separar dos outros e para os combater: não somos nós todos irmãos? Não somos todos membros da mesma Família humana? E não estão todas as Nações obrigadas a darem-se bem umas com as outras e a criarem a Paz?

Vós, crianças e jovens do tempo novo, deveis habituar-vos a amar a todos e a procurar dar à sociedade o aspecto de uma comunidade melhor, mais honesta e mais solidária. Quereis na verdade ser homens, e não lobos? Quereis na verdade ter o merecimento e a alegria de fazer bem, de ajudar quem tem precisão, de procurar realizar alguma boa obra, com o prémio apenas da consciência? Pois bem, recordai-vos das palavras ditas por Jesus durante a última ceia, na noite antes da sua paixão. Ele disse assim: « Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros ... E nisto precisamente todos reconhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes

amor uns pelos outros » (Jo. 13, 34-35). É este o sinal da nossa autenticidade, humana e cristã, querer-nos bem uns aos outros.

Crianças e jovens, Nós vos saudamos e abençoamos a todos. Palavra de ordem: Não à violência; sim à Paz. Recomendamo-vos a Deus!

Vaticano, 8 de Dezembro de 1977.

PAULUS PP. VI

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana